

Congresso reabre com casos de polícia

O envolvimento de deputados com o tráfico de drogas promete dominar os trabalhos

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — Depois de um mês de recesso, o Congresso retoma amanhã suas atividades pressionado pela escassez de fatos políticos e a abundância de episódios policiais. Cinco dias depois da agência dos Correios da Câmara ter sido invadida por dois homens ainda não identificados pela polícia, uma comissão criada para investigar a assinatura do deputado Jabes Rabelo (sem partido-RO) numa falsa carteira de assessor parlamentar se reúne hoje para ouvir o depoimento do principal acusado — o próprio deputado. Jabes ingressou na lista de suspeitos de envolvimento no tráfico de drogas a partir da prisão de seu irmão, Abidiel Rabelo, flagrado em São Paulo 554 quilos de cocaína e a falsa carteira de assessor parlamentar no bolso.

O balanço do recesso parlamentar registra outras histórias policiais, como um arrombamento no gabinete da deputada Raquel Cândido (sem partido-RO), autora de denúncias sobre o envolvimento de parlamentares no tráfico de drogas, e uma ameaça anônima de bomba, por telefone, contra o gabinete do deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), delegado da Polícia Federal e relator da CPI do narcotráfico.

Mas não foi só. Contribuiu ainda para criar um clima que começa a preocupar e a mobilizar as lideranças no Congresso o furto de uma carteira do deputado Amaury Muller (PDT-RS) e dois casos de arrombamento nas comissões de Economia e Indústria e de Minas e Energia da Câmara. "Se não houver pulso firme e agilidade para apurar esses casos, esse cli-

ma vai corroer de vez a instituição", analisava ontem o deputado José Genoíno, líder do PT na Câmara.

Genoíno anunciou que o PT vai apresentar, na reabertura do Congresso, a proposta de realização de uma reunião entre as lideranças partidárias para acelerar a tramitação do processo de cassação do deputado Jabes e tomar medidas que tornem mais severa a fiscalização e o controle do acesso das pessoas ao Congresso.

A proposta, no entanto, não encontra receptividade da parte do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Ibsen considera que a investigação do caso do deputado Jabes está sendo conduzida no seu tempo certo e adiantou ontem que é contrário à adoção de medidas de segurança que contrariem o que ele chama de "natureza" do Congresso.

"Não vamos fazer desta casa uma fortaleza, um quartel", afirmou o presidente da Câmara. "A maior virtude que temos é a nossa transparência, a nossa vulnerabilidade", interpretou. "Vamos melhorar a segurança sem constranger os cidadãos que vêm aqui, pois não queremos instrumentos da truculência", acrescentou.

A posição cautelosa de Ibsen, que pretende aumentar os efetivos da segurança por meio de um remanejamento de pessoal e uma reestruturação administrativa que está em estudos na Câmara, merece elogios de alguns colegas. "O Ibsen é competente e muito zeloso com a imagem do Legislativo", diz o deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara. "Ele está com o firme propósito de fazer uma investigação severa desses fatos e não tenho dúvida de que saberá agir com o maior rigor para garantir a respeitabilidade do Congresso", atesta o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE).



Protasio Nêe/AE

Ibsen: "Não vamos fazer da Câmara uma fortaleza, um quartel"